

COMUNICAÇÃO POPULAR E TRABALHADORES: REDES DE COMUNICAÇÃO E IMPRESSOS DOS MOVIMENTOS SINDICAIS E POPULARES DE SÃO PAULO – 1970/1990

HELOÍSA FARIA CRUZ*

RESUMO

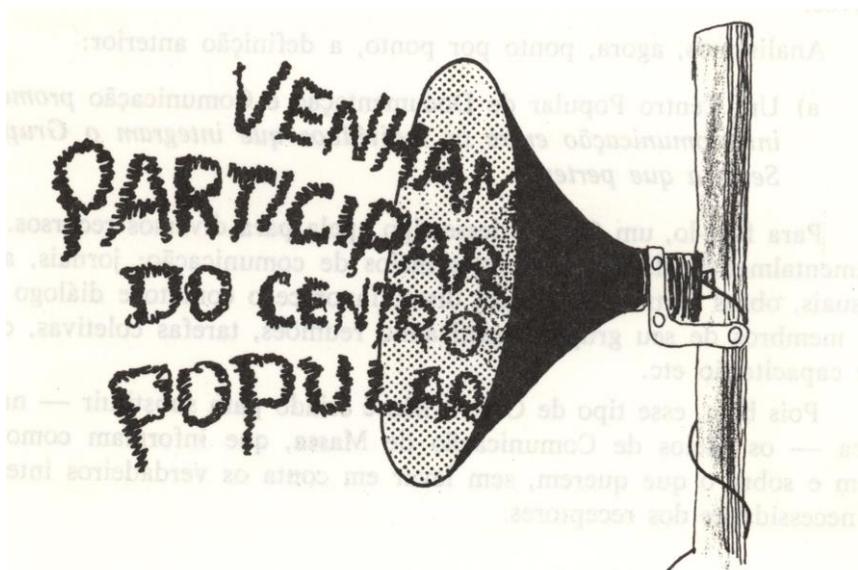
Problematizando as relações entre comunicação, cultura e História Social, este artigo discute sentidos históricos da constituição de espaços e práticas de comunicação popular pelos movimentos dos trabalhadores em São Paulo entre os anos de 1970 e 1990. Evidenciando atividades desenvolvidas pelos movimentos, como a formação de centros populares, a edição e a distribuição de periódicos, e a articulação de redes voltadas para a comunicação popular, pretende destacar a importância das práticas de comunicação na constituição da experiência social dos trabalhadores e de seus movimentos naquela conjuntura.

PALAVRAS-CHAVE: comunicação popular, imprensa sindical e popular, centros de comunicação popular.

ABSTRACT

Focusing on relationship between communication, culture and social history, this article discusses historical meanings of the constitution of spaces and practices of popular communication by movements of workers in São Paulo between 1970 and 1990. Calling attention to activities developed by those movements such as the formation of popular centers, publication and distribution of journals, articulation of networks focused on popular communication, aims to point out the importance of communication practices in the constitution of the social experience of workers and their movements at that time.

KEYWORDS: popular communication, popular press of workers, popular communication centers.



Ato Falante

A emergência dos movimentos sociais diversos e de grande vitalidade é uma das dimensões históricas centrais da conjuntura das lutas de resistência à ditadura civil-militar e de redemocratização do país, e os estudos sobre o período, com diferentes abordagens e questões, concordam, em sua maioria, em apontar a formação e a forte atuação dos chamados novos movimentos sociais como dimensão fundamental do tecido político e social daquele tempo.

Como indicam Maria Célia Paoli, Eder Sader e Vera Telles, em texto do início dos anos de 1980, publicado no primeiro número da fase renovada da Revista Brasileira de História, e que, não por acaso, veio a público sob o sugestivo título de “À Luta Trabalhadores”, foi necessário, naquele momento, repensar nossas concepções e representações históricas sobre os trabalhadores brasileiros. Referindo-se ao imaginário acadêmico e à emergência de novos sujeitos e movimentos sociais naquele período, os autores então propunham que:

Com as greves de massa em 1978 os trabalhadores aparecem de modo novo em nossa História. Vistos tradicionalmente como personagens subordinados ao Estado e incapazes de impulsão própria e, após 1964, silenciados e atomizados politicamente pelo regime militar, eles irrompem na cena política em 1978 falando por boca própria e revelando a existência de formas de organização social que haviam tecido à margem dos mecanismos tradicionais montados para representá-los e que serviam para sua cooptação, enquadramento e controle. Grupos de fábrica, clubes de mãe, comunidades de base e as mais diversas organizações de diferentes setores sociais a partir de diferentes temas, tomaram a sociabilidade própria entre seus membros como premissa para formas autônomas de organização e expressão que alteraram o próprio campo da luta política no País.¹

O texto, importante para o debate da História Social do Trabalho que então se repensava, problematizava o movimento intelectual de revisão histórica vivido pelas Ciências Humanas e Sociais na busca das raízes daquele presente, invisíveis nas representações sociais e acadêmicas então predominantes. Desde então, seja na área mais ampla das Ciências Sociais, seja no âmbito dos estudos históricos, e, principalmente, na área da História Social do Trabalho e da Cidade, esses movimentos e agentes sociais têm suscitado variadas pesquisas e reflexões.

A temática dos novos movimentos sociais e das novas formas das organizações coletivas dos trabalhadores, abraçada, sobretudo, pela Sociologia e pelas Ciências Políticas, e, um pouco depois, pelos estudos históricos, para além de uma revisão teórica de paradigmas e categorias, pondo em foco a própria noção de sujeito coletivo e a discussão com a matriz marxista de classe e luta de classes, suscitou a reflexão de questões como as das relações entre classes populares e Estado, das conexões entre vida popular e culturas urbanas, das dinâmicas dos processos de redemocratização e de reorganização da sociedade civil, das transformações da cultura política, entre outras. As pesquisas sobre a constituição do chamado novo sindicalismo, sobre os grandes

movimentos grevistas dos anos 1978/1981 e sobre as lutas por melhores condições de vida nas cidades também articularam uma gama extremamente rica e variada de estudos, que, inclusive, propunham-se a pensar a formação de uma cultura operária e/ou popular característica daquele momento.

Desde então, a questão da constituição de um campo novo de organização e expressão e de novos espaços e mecanismos de participação, bem como a formação de novos espaços e experiências culturais dos trabalhadores e dos setores populares, destacam-se como temas importantes da discussão. E as questões das relações de poder e dominação, e da recomposição da hegemonia política no período de redemocratização ou da chamada Nova República, apresentam-se como a problemática de fundo dessa História recente.

Dimensão pouco explorada em relação aos estudos dos novos movimentos, de suas formas de auto-organização e das disputas por hegemonia naquele contexto diz respeito às suas linguagens e formas de comunicação.

Aqui parece importante adotar o alerta de Jesús Martín-Barbero, quando aponta que a comunicação não pode ser entendida como dimensão paralela ou reflexa da realidade social, mas que, antes, e com mais peso nas sociedades contemporâneas, deve ser analisada como dimensão central na configuração e nos rumos dos processos sociais, propondo que entendamos os processos urbanos como processos de comunicação.²

Neste artigo, ao abordar as redes de comunicação e o movimento da imprensa sindical e popular das décadas de 1970 a 1990 em São Paulo como dimensão constituinte da história social dos movimentos e daquela conjuntura histórica, propõe-se contribuir para o avanço de tais perspectivas.³

Pensar a comunicação social e a imprensa com essa perspectiva implica, em primeiro lugar, tomá-la como uma força ativa da História e não como mera depositária de acontecimentos nos diversos processos e conjunturas. Como indica Robert Darnton, é preciso pensar a imprensa e a sua inserção histórica enquanto força ativa da vida moderna, muito mais ingrediente do processo do que registro dos acontecimentos, atuando na constituição de nossos modos de vida, perspectivas e consciência histórica.⁴ Assim, ao trabalhar as diversas publicações produzidas pelos movimentos sindicais e populares no período, e as redes de comunicação nas quais se articulam, para além das ricas informações fornecidas sobre inúmeras dimensões das lutas e dos modos de vida dos trabalhadores e setores populares, há que problematizá-las em seus significados enquanto espaços e formações sociais que configuram o próprio terreno do fazer-se histórico dos sujeitos coletivos.

Mais ainda, trata-se também de entender, como argumentei no contexto de outro estudo, que, em diferentes conjunturas, a imprensa não só assimila interesses e projetos de diferentes forças sociais, mas, muito frequentemente, é, ela mesma, espaço privilegiado da articulação desses projetos.⁵ E que, como força social que atua na produção de hegemonia a todo o tempo, articula uma compreensão da temporalidade, com diagnósticos do presente, e afirma memórias que pretendem articular as relações presente/passado e as perspectivas de futuro.

Para a discussão que aqui se propõe, cabe, inicialmente, indicar que, os estudos históricos sobre as formas de comunicação popular e sobre a imprensa de resistência do período voltam-se quase que exclusivamente para a chamada imprensa alternativa.

Estudo pioneiro e já de referência, o livro “Jornalistas e revolucionários”, de Bernardo Kucinski, publicado no início da década de 1990, propondo traçar um panorama da imprensa alternativa no Brasil entre os anos de 1964 e 1980, já mapeava, periodizava e sugeria linhas de

reflexão sobre um grande conjunto de publicações de mais de 150 periódicos do chamado ciclo alternativo, que, na indicação do autor, tinham como traço comum a oposição intransigente ao regime militar.⁶ Desde então, esses periódicos, preservados e disponibilizados para pesquisa em vários arquivos e centros de documentação, têm suscitado importantes estudos com diferentes temáticas e abordagens, empreendidos por pesquisadores de várias áreas das Ciências Sociais e da Comunicação.

A reflexão a partir ou sobre a imprensa alternativa tem alimentado diversos estudos nas áreas das Ciências Sociais, da Comunicação e da História.⁷ Neles, as problemáticas propostas articulam-se preferencialmente à discussão dos processos políticos do período, abordando temas ligados à resistência à ditadura militar e às lutas pela redemocratização do país. Nesse universo, emergem estudos sobre imprensa e censura, bem como sobre a atuação dos grupos e organizações de esquerda e suas formas de luta e organização, protestos estudantis, movimentos da contracultura etc.

Mais para o final da década de 1990, situam-se estudos focados em questões como os movimentos de direitos humanos, os movimentos de anistia e da Constituinte, entre outros. Articuladas aos estudos do feminismo e às questões de gênero, várias publicações da imprensa alternativa, tais como “Brasil Mulher”, “Nós Mulheres”, “Mulherio” e “Lampião da Esquina”, constituem material para a reconstrução da história da organização de mulheres e homossexuais. Vale assinalar, ainda, nesta breve avaliação, que esses estudos desenvolvem-se com base em um conjunto já bastante conhecido de publicações da imprensa alternativa do período, no qual se destacam “O Pasquim”, “Opinião”, “Movimento”, “Ex”, “Em Tempo”, “Nós Mulheres”, entre outras.

Se a imprensa alternativa tem suscitado tais estudos, o mesmo não é verdade quanto às redes de comunicação, à imprensa e aos impressos

sobre os quais propomos a presente reflexão. Com poucas referências na área, preservadas em acervos de centros dos movimentos sociais ainda pouco organizados, esse conjunto de publicações foi muito pouco explorado pelos estudos sobre o período e, particularmente, pelos estudos sobre a imprensa popular e de resistência. Parece que, de alguma forma, a referência do já citado estudo de Bernardo Kucinski sobre a não inclusão em sua pesquisa de boletins e outros impressos dos movimentos sociais de então, “[...] produzidos artesanalmente e em tiragens diminutas [...]”, deslocou a compreensão desses materiais para fora do campo do estudo da imprensa popular e alternativa e da cultura impressa do período.⁸

Não obstante, ao delimitar a comunicação popular e a imprensa dos trabalhadores como campo de estudo, a pesquisa identificou uma grande quantidade e diversidade de materiais, como jornais sindicais e populares, boletins de fábrica e de diferentes bairros, cartilhas, cadernos populares, informativos de bairro, comissões de fábrica e sindicatos, coleções de *slides*, cursos de formação em vídeo, que nos falam daquelas lutas e deixam visíveis a força das experiências de comunicação de uma grande diversidade de grupos e movimentos sociais. Assim, já em um primeiro contato com esses materiais, saltava aos olhos a importância da comunicação no próprio processo de constituição daqueles novos personagens e movimentos.

Diferentemente da visão proposta por Kucinski, a perspectiva aqui adotada é a de que tais materiais impressos e as articulações sociais que sugerem constituem dimensão fundamental do fazer-se histórico daqueles sujeitos e movimentos, revelando linguagens, formações culturais e projetos invisíveis em outros registros. Importante indicar que essa miríade de publicações e impressos de vários tipos constitui os rastros da formação e atuação de importantes redes de comunicação que

conformaram espaços de emergência e afirmação da cultura dos trabalhadores no período.

Este texto apresenta parte dos encaminhamentos e reflexões resultantes de um projeto mais amplo que, na conjuntura de emergência das lutas sociais no período, via estudo das experiências de comunicação popular, problematiza as relações entre a cultura impressa/redes de comunicação e a constituição histórica de novos atores sociais – o novo sindicalismo e os movimentos populares urbanos. Como aponta o já clássico estudo de Eder Sader, esses novos personagens, que se apresentam na cena pública daqueles anos alargando o espaço da política, “[...] foram vistos, então, pelas suas linguagens, pelos lugares de onde se manifestavam, pelos valores que professavam, como indicadores da emergência de novas identidades coletivas”.⁹

Tendo como objeto as redes de comunicação populares e a imprensa e os impressos produzidos pelos trabalhadores em São Paulo entre os anos de 1970 e 1990, propõe-se identificar espaços, atores e publicações que articularam as experiências de diversos grupos e sujeitos coletivos que assumiram a produção e a edição de publicações impressas e a organização e a dinamização de espaços e redes de comunicação que se propunham a falar em defesa dos trabalhadores e dos grupos populares naquela conjuntura. Trata-se de dialogar com o processo de constituição desses novos atores sociais por meio do estudo de uma gama extremamente rica e variada de jornais, boletins, folhetos, cartilhas e outros impressos por eles produzidos e que se constituíam em um dos principais espaços de articulação coletiva e de difusão e visibilidade pública de suas concepções, projetos, propostas e ações.

Na conjuntura de emergência das lutas sociais no período, pensando a cultura como dimensão inerente à experiência social dos diversos grupos e sujeitos coletivos, busca-se aprofundar a reflexão sobre as relações entre a cultura impressa e a constituição de um campo de

comunicação alternativa e popular. Trazendo a discussão sobre a comunicação para o campo da História Social, propõe contribuir para o debate sobre as relações entre comunicação e cultura popular e operária naquele momento histórico.

Venha para o centro popular: redes de comunicação e os movimentos de trabalhadores

Naqueles anos, tendo como horizonte a formação de um campo de comunicação alternativa e popular, e como campo de atuação a cultura impressa, inúmeros grupos e militantes desenvolveram atividades, tais como a edição de jornais e impressos diversos, a organização de centros de educação e comunicação popular ou de bibliotecas populares, e a produção de cadernos e cartilhas de formação política.

Uma das dimensões fundamentais da formação de um espaço próprio de comunicação popular que essas publicações indicam é a constituição de uma rede articulada e dinâmica de entidades voltadas para a comunicação e a educação popular. Como apontam os poucos estudos sobre essas entidades, na conjuntura das lutas sociais dos anos de 1970 e 1980, com a participação de intelectuais de esquerda, setores progressistas da Igreja Católica, líderes sindicais e populares, educadores populares e estudantes universitários, foram organizados muitos centros que se assumiram ou foram definidos como centros de assessoria e apoio aos movimentos sindicais e populares.¹⁰ Tais centros atuavam desenvolvendo inúmeras atividades consideradas de apoio aos movimentos e suas lutas, que iam desde os serviços de atendimento jurídico, cursos de alfabetização e formação profissional, produção de materiais diversos e arrecadação de fundos até a formação de lideranças e a promoção de estudos sobre questões de interesse dos movimentos.

É uma rede riquíssima de organismos que, para além da dimensão derivada ou secundária que a denominação de entidade de apoio sugere,

deve ser pensada como dimensão ativa das formas de organização e luta daqueles sujeitos sociais. Espalhando-se por todo o país, assumindo denominações variadas, como Centro Ecumênico de Documentação e Informação (como o CEDI-SP e o CEDI-RJ), Centro Pastoral (como o CPV de São Paulo), Centro de Educação e Cultura Operária (como o CECOP/SP), Centro de Documentação Popular (como o CDP de Uberlândia ou o CEDOP de João Pessoa), Centro de Informação (como o CEDIV de Vitória), Centro de Estudos e Ação Social (como o CEAS de Salvador), Centro de Estudos do Trabalho (como o CET de Belo Horizonte), Centro de Memória Sindical (como o CMS de Recife, de Curitiba e de São Paulo), essas entidades formaram uma rede nacional ativa de colaboração assídua na discussão de concepções, na realização de projetos e na distribuição e troca de materiais. Em tempo de resistência e de reorganização dos movimentos popular e sindical, muitas dessas entidades emergem ligadas à atuação da igreja progressista, tendo a sua ação vinculada a iniciativas de movimentos católicos de dioceses, pastorais, ordens religiosas e da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). No entanto, desde o final da década de 1970, também se articulam, nessa rede, diversas associações populares, sindicais e entidades culturais ligadas a universidades.

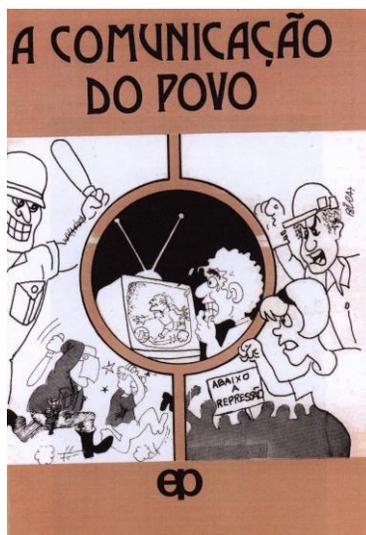
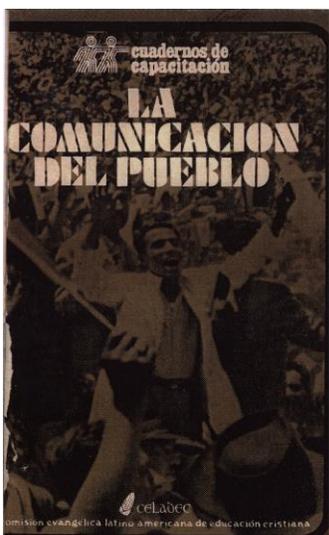
Para a discussão aqui proposta, importa indicar que as atividades de produção de informações, educação e comunicação popular assumem lugar central e estratégico na definição do caráter e da atuação dessas entidades e redes. Como indica Paula Ribeiro Salles, naqueles anos, visando a desenvolver as áreas de documentação, informação e comunicação popular, foi estabelecida uma série de estratégias de aproximação entre as entidades, que envolviam troca de experiências e sistematização de conhecimento, tais como realização de encontros, capacitações e estágios, produção e edição de materiais e boletins,

difusão de materiais publicados, realização de pesquisas e estudos conjuntos e visitas mútuas.¹¹

Cumprir notar que os materiais guardados por esses centros indicam um intenso movimento de troca de experiências e de formulação de concepções e projetos no âmbito da comunicação popular tanto no Brasil como na América Latina. Neles, identificamos a realização de diversos encontros regionais e nacionais sobre comunicação popular (além da crescente articulação com a rede latino-americana), que aglutinaram e fizeram avançar a consolidação de concepções e práticas de comunicação popular adotadas pelos movimentos e entidades.

Na rede brasileira, dimensão importante desse movimento pode ser acompanhada por meio do estudo dos documentos dos Encontros Nacionais de Comunicação e Documentação Popular (ENCODOP) realizados em diferentes cidades e regiões entre os anos de 1977 e 1985. Entre o primeiro encontro, realizado em 1977, e o quarto, ocorrido em 1983, identifica-se não só a participação crescente de entidades na articulação da rede nacional, como também o desenvolvimento e o aprofundamento das discussões em relação aos projetos de comunicação popular.¹² Assim, se o I ENCODOP, realizado na cidade de Vitória, aconteceu com a participação de seis entidades e é visto como um passo inicial na formação da rede, em 1983, o IV ENCODOP, realizado na cidade de Olinda, já contava com a participação de mais de 60 grupos e centros, com a articulação de entidades representando as várias regiões do país. As questões e temas que, em um primeiro momento, se voltam mais para estratégias de organização da rede, evoluem para a discussão sobre o papel político dos centros e da comunicação popular, estratégias de aproximação e inserção nos movimentos de base, práticas, linguagens, formatos, produtos e estratégias de produção e distribuição de materiais.

A documentação sobre esses encontros e trocas entre as entidades também deixa ver a crescente aproximação da rede brasileira com a rede latino-americana, então coordenada pela Comissão Evangélica Latino-Americana de Educação Cristã (CELADEC), sediada em Lima, no Peru. Atuante desde a primeira metade da década de 1970, a importante rede latino-americana, a partir de 1977, como informa Maria Cristina Mata, é liderada pela CELADEC por meio de um Programa de Comunicação e Documentação baseado nas experiências dos trabalhos de educação popular. No plano da colaboração dos movimentos sociais latino-americanos, essa experiência, que se aprofunda após a cruzada de alfabetização promovida no governo sandinista na Nicarágua, cresce e se expande. A partir de então, abre-se um momento de estreita colaboração entre entidades e militantes que vinham desenvolvendo experiências de educação e comunicação popular em vários países do continente, entre os quais se destacam Peru, Colômbia, Bolívia, México, Venezuela, Panamá, Costa Rica, República Dominicana e Nicarágua.¹³ O encontro da rede brasileira com a rede latino-americana, ensejando uma colaboração mais intensa e a adoção de várias das propostas já elaboradas por outras entidades e movimentos na América Latina, desenvolve-se no início dos anos 1980, a partir, principalmente, dos contatos das entidades ligadas às correntes da igreja progressista.



Capas dos cadernos – Comunicación del Pueblo e do Comunicação do Povo

Testemunho do entrosamento da rede brasileira com a rede latino-americana é o trabalho conjunto de tradução, publicação e ampla distribuição, realizado pela Editora Paulinas, pela Federação de Órgãos para a Assistência Social e Educacional (FASE-SP) e pelo Centro Pastoral Vergueiro (CPV), da coleção dos Cadernos de Capacitação organizados pela CELADEC, instrumentos estratégicos no desenvolvimento do programa de capacitação de agentes em comunicação popular anteriormente adotado nas experiências dos movimentos em vários países latino-americanos.

Organizados tendo como base oficinas realizadas pela CELADEC e outros centros em vários países da América Latina, desenvolvidos em linguagem direta e didática, permeados de exemplos e ilustrações, esses materiais articulam as principais concepções, diretrizes e práticas que conformam aquele projeto de comunicação popular. No interior da coleção, a variedade de títulos ligados à comunicação e ao jornalismo popular – “A Comunicação do Povo”; “Como organizar um centro popular de documentação e comunicação”; “Jornalismo Popular”; “Com

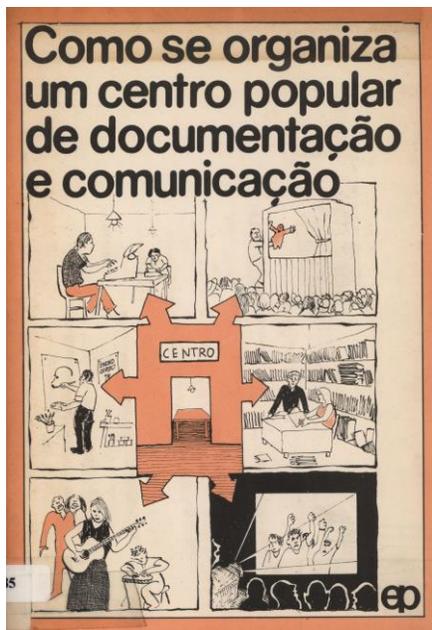
ler Jornais”; “Equipes e Técnicas de impressão”; e “Como elaborar Materiais” – indicam a importância desses temas no interior daqueles movimentos. Mais ainda, sinalizam o desenho de concepções, maneiras de fazer e estratégias voltadas para o fortalecimento da comunicação popular como campo de forças de produção de sentidos e ação política dos movimentos populares. Como já indicam os títulos desses cadernos de capacitação, as discussões por eles propostas vão desde a definição do que se entende por comunicação popular e de seu papel no processo de luta pela transformação da sociedade capitalista, passam pela discussão sobre o papel e as formas de organizar um centro de comunicação popular, chegando a proposições práticas sobre elaboração de materiais, modos de produção e edição, conformação de produtos e linguagens, formação de equipes e estratégias de distribuição e difusão dos veículos.

Material rico de significados sobre aquele projeto de comunicação popular, os cadernos sugerem inúmeras questões sobre as articulações entre movimentos, lutas culturais e práticas comunicacionais, e apresentam-se como documentação essencial e campo aberto para as pesquisas sobre as experiências de comunicação popular que agitaram inúmeros projetos e lutas sociais no Brasil e em diversos países da América Latina naquele momento histórico.

Para o recorte da discussão aqui proposta, trata-se tão somente de problematizar como os cadernos nos ajudam a compreender o papel estratégico assumido pelos centros de comunicação, documentação e educação popular na constituição e articulação daqueles sujeitos e movimentos.

Nessa direção, torna-se estimulante discutir algumas das concepções sobre o centro popular e os papéis e funções que lhe são atribuídos no interior dessa publicação. Proposto como entidade que articula as atividades de comunicação da comunidade ou movimento, organizado, geralmente, pelas lideranças e setores organizados de cada

setor ou frente de luta, o centro tem como principais funções: promover a comunicação entre os membros do movimento; coordenar as tarefas comunicacionais do grupo; atuar como espaço de conscientização, nucleação e organização; coletar e sistematizar a documentação como fonte de informação e formação; atuar como produtor e sistematizador de meios e mensagens; e constituir modos de difusão e reflexão dos meios.¹⁴ Aqui, o centro ultrapassa de muito a noção de entidade de apoio ou mesmo de espaço de produção e distribuição de materiais; antes, é proposto como espaço de conscientização, nucleação e organização.



Capa do caderno Como se organiza um centro popular de comunicação e documentação

A questão a ser enfatizada é a de que, seja pela proposta encaminhada no interior daquele projeto de comunicação popular, seja pelas evidências sobre o papel e a dinâmica de atuação dos centros na constituição daqueles movimentos e sujeitos, assim como as formações

sindicais mais informais como as oposições, as pastorais, ou como os grupamentos do movimento popular, como clubes de mães, associações de moradores, os centros populares devem ser analisados como formações culturais, espaços constitutivos do fazer-se histórico daqueles movimentos.

Os estudos sobre essas entidades, bem como a documentação analisada pela pesquisa, propõem que, na história da atuação dos movimentos sindicais e populares daquele período, vários desses centros desempenharam papel de espaço não só de produção e difusão de publicações e materiais como também de polos de aglutinação, de formação política de militantes e de articulação dos projetos e forças sociais. Este, por exemplo, foi o caso do Centro de Pastoral Vergueiro (CPV) de São Paulo, no decorrer das décadas de 1970 e 1980.

Criado em 1973, em funcionamento até os dias atuais, o CPV atuou como centro de pastoral até 1989 e se tornou um dos principais centros de documentação e comunicação popular do país no decorrer daqueles anos. Fundado por freis dominicanos ligados às orientações da teologia da libertação e estudantes universitários articulados a várias forças de esquerda, o centro, no decorrer de sua existência, foi espaço de aglutinação de várias correntes e grupamentos que atuavam na resistência à ditadura e na reorganização dos movimentos populares e sindicais, tais como as oposições sindicais, a pastoral operária, os grupos culturais e estudantis diversos, e os movimentos sociais urbanos, tais como assembleias populares, movimentos por creche e por moradia. Inicialmente proposto como uma entidade de caráter cultural e educativa, voltado para atividades como alfabetização de adultos, assistência jurídica, biblioteca popular e coleta e distribuição de publicações, a partir do início dos anos 1980, a entidade assumiria cada vez mais o perfil de um centro de documentação e comunicação popular.¹⁵ Desde então, os setores de documentação e de publicações

tornam-se prioritários no dia a dia da atuação do centro, que, ademais, desponta como uma das principais entidades na articulação de encontros e outras articulações que animariam a rede nacional de comunicação popular. O acompanhamento da atuação do CPV aponta que, a partir daqueles anos, a entidade assume de forma mais ousada o projeto de comunicação popular. Para tanto, o departamento de documentação e pesquisa volta a sua atenção para a produção e a sistematização de informações sobre problemas dos trabalhadores e para a coleta de materiais produzidos pelos movimentos sindicais e populares, enquanto o departamento de publicações, organizado nos setores de editoração, gráfica e audiovisual, para além da distribuição dos impressos e outros materiais para os movimentos, passa também a produzir suas próprias publicações. Assumindo montar uma estrutura para o desenvolvimento dessas funções, no início dos anos 1980, abandonando o mimeógrafo a álcool, o centro adquire um mimeógrafo elétrico e uma pequena *offset* Multilit, equipamentos que viabilizam a produção de seus cadernos, boletins e jornais, bem como de impressos editados por outras entidades e movimentos. Organiza-se, também, o Núcleo de Correspondência, para realizar envios mensais, pelo correio, de informações pré-selecionadas na documentação, de acordo com a temática de interesse e/ou a solicitação de cada entidade ou militante.

E é esse movimento de produção de materiais próprios e de coleta sistemática de materiais produzidos por outras entidades e movimentos em todas as regiões do país que conforma o riquíssimo acervo hoje sob a guarda do Centro de Documentação e Pesquisa Vergueiro.¹⁶ Esse acervo, onde se desenvolveu a pesquisa a partir da qual se propõe esta reflexão, é composto por uma grande quantidade e variedade de documentos relativos aos movimentos sociais, principalmente sobre as décadas de 1970 e 1980.¹⁷ Nele, em meio aos “dossiês” temáticos de assuntos de interesse dos movimentos e à documentação de encontros, campanhas,

greves, articulações pró-formação de centrais sindicais e partidos, identifica-se um conjunto extremamente rico e diversificado de impressos, jornais, boletins, pequenas revistas, cartilhas e folhetos em série, que articulavam a comunicação entre os movimentos e que também falavam dos movimentos para o espaço público.

Nas fábricas e nos bairros: imprensa e impressos

A análise desse conjunto de impressos propõe que a imprensa popular e sindical constituiu-se como dimensão importante da história social daquele momento, desenhando-se como um dos principais espaços de articulação coletiva e de difusão de ações, concepções, projetos e propostas dos movimentos populares e sindicais de então.

A coleção de periódicos que aqui denominamos de imprensa popular e dos trabalhadores abriga um conjunto extremamente diversificado de impressos que remetem às lutas organizativas dos trabalhadores e setores populares por melhores condições de vida e trabalho, por direitos de organização, direito de greve, contra o arrocho salarial e pelo direito à cidade, e constituem-se como momento significativo da cultura operária urbana e popular do período. Em suas páginas, encontram-se indicações sobre modos de viver e trabalhar cotidianos, sobre problemáticas enfrentadas e sobre perspectivas construídas por setores da população cujas vozes estão quase ausentes nos veículos da chamada grande imprensa e mesmo em outros meios de comunicação mais conhecidos da imprensa alternativa. Mais ainda, como salientado com relação à atuação dos inúmeros centros de comunicação popular, aqui, também, o intenso movimento de edição e difusão que a dinâmica do campo de atuação desse conjunto de publicações concretiza propõe a constituição de um terreno vivo e pulsante, espaço de força e

articulação social de um projeto extremamente sugestivo de comunicação popular e dissidente.

No acervo do CPV, na pesquisa voltada para a imprensa sindical e dos movimentos populares paulistas, foi possível identificar e referenciar mais de 100 títulos de publicações e pequenos impressos que ganharam publicidade em São Paulo, principalmente entre os anos de 1975 e 1990, produzidos por articulações sindicais independentes e de oposição, comissões de fábrica, pastorais operárias, interfábricas e outros grupamentos de trabalhadores característicos da época e por diversos grupos de movimentos sociais urbanos – movimentos por transporte, habitação, creches, contra enchentes, contra a carestia, assembleias populares, associações de bairro, entre outros.¹⁸

No universo desse conjunto, no campo dos movimentos sindicais, encontram-se publicações menos estruturadas, com vida efêmera, como o “Andaime”, boletim de oposição dos trabalhadores da construção civil (de 1976), o “Boletim da Oposição Sindical de São Paulo e Osasco” (de 1981), o “Boletim Unificado”, órgão informativo das Comissões de Fábrica dos Trabalhadores da Ford (de 1986) ou o “Broinha”, boletim de oposição dos trabalhadores do Grupo Pão de Açúcar (de 1986), assim como as mais estruturadas e regulares, como o “Hora-Extra”, publicado pelo CPV entre 1978 e 1982, o “Pica-Pau”, publicado irregularmente pelo Sindicato dos Marceneiros entre 1981 e 1989, e o “Saca-Rolha”, publicação regular do Sindicato dos Trabalhadores de Bebidas de São Paulo entre 1986 e 1989.



Capa - O mineral



Capa - Grita Povo

Da mesma forma, no campo dos movimentos sociais urbanos, encontram-se desde uma grande variedade de pequenos boletins, de vida efêmera e feitura artesanal, vindos a público em formato ofício-mimeografado, como o “Boletim Comunitário da Vila Angelina” (de 1976), o “Amigão” da Sociedade de Amigos da Ponte Rasa (de 1979), a “Voz e Vez do Setor de Interlagos” (de 1982), o “Boletim das Enchentes” (de 1983) e o “Boletim Informativo da Assembléia do Povo de Campinas”, com publicação irregular entre 1979 e 1984, como também publicações mais estruturadas e de vida regular, como o jornal tabloide “Grita Povo”, publicado regularmente pelo Centro de Educação Popular de São Miguel (CEMI) com apoio da Arquidiocese, com edições mensais e quinzenais, entre 1982 e 1990, ou o “Jornal da Periferia”, publicação bimensal da Associação Cultural Mutirão da Zona Sul, publicado regularmente entre os anos 1979 e 1988, e o “Jornal da Vila”, também publicado com bastante regularidade entre 1978 e 1980.

Em sua variedade, quantidade e diversidade, esse conjunto de publicações, para além de possibilitar a identificação e a reflexão sobre a

formação de inúmeros movimentos e grupamentos voltados para as lutas sindicais e populares, a natureza dos projetos e disputas por eles desenvolvidas, propõe a discussão da força desse campo comunicativo na conformação e no encaminhamento daquelas lutas.

Dimensão extremamente interessante que o contato com esses materiais revela é a importância atribuída à memória e à história dos movimentos sociais e às próprias tradições da comunicação popular como campo de adesão e diferenciação. Folheando várias dessas publicações e impressos, é possível identificar seções inteiramente voltadas para a temática da história dos movimentos e lutas. Assim, nos diversos impressos, encontram-se colunas e seções, ou mesmo publicações inteiras destinadas a recuperar e a contar a história dos movimentos. A análise mais detalhada desses materiais revela significados, linguagens e formas gráficas e editoriais desse processo ativo de produção de histórias e memórias como espaço de construção de referências identitárias daqueles grupos e movimentos sociais.¹⁹

Mesmo assumindo uma feição gráfica quase caseira, sendo reproduzidas em mimeógrafos elétricos e confeccionadas com ajuda de normógrafos e ilustrações de desenhos livres, desde o início, em grande parte das apresentações editoriais dessas publicações, identifica-se uma forte reivindicação de pertencimento e inserção no campo da imprensa e da comunicação popular e resistência do período. As análises das diversas publicações deixam ver preocupações dos grupos editoriais com a feitura dos periódicos, com as razões e os sentidos sociais de suas experiências com a comunicação alternativa e popular, com a conformação de uma linguagem para seu público, com a definição de procedimentos jornalísticos pedagógicos de edição, e com a formação de redes de colaboração e difusão de suas publicações e mensagens. Mais ainda, em muitos momentos e questões, essas publicações buscam se posicionar no debate social mais amplo, discutindo e intervindo, de

forma crítica, na agenda pública delineada pelos meios de comunicação comerciais e de grande circulação.

Imprensa feita por trabalhadores para trabalhadores, publicação a serviço dos movimentos populares, jornal surgido das lutas travadas pelos trabalhadores, jornal do movimento para o bairro, jornal de defesa dos trabalhadores, essas são algumas das autodefinições assumidas nas apresentações dessas publicações ao seu público leitor e que sinalizam o campo de produção, de atuação e de adesão das publicações.

A identidade de quem fala por meio das publicações é quase sempre construída pelo viés da crítica aos meios de comunicação e às publicações burguesas, e tem como proposição fundamental a definição da imprensa popular como espaço de informação e formação dos trabalhadores; instrumento e avanço das lutas sociais.

Atualmente os órgãos de divulgação estão em mãos de grandes empresas que por sua vez os utilizam na defesa de seus interesses [...] portanto, a oposição edita este jornal com a intenção de transformá-lo em instrumento de luta [...] procurando formar, divulgar e informar sobre as lutas e movimentos dos trabalhadores.²⁰

Os meios de comunicação de massa despejam diariamente muitas informações a nossa frente, que nem sempre são do nosso interesse, procurando provocar uma tremenda confusão em nossas cabeças. Pior do que isso são as informações que não revelam o que realmente está acontecendo, escamoteando os fatos, induzindo a cada um de nós à confusão, à desorganização, ao descrédito, ao sentimento de impotência e incapacidade para propor mudanças e soluções.

Diante desse quadro, não basta que tenhamos senso crítico, é preciso que tenhamos as informações corretas, e importante que estejamos informados acerca dos acontecimentos de relevância ao movimento popular, que são deixados de lado pelos empresários da informação.²¹

Avaliações sobre o espaço e sobre a atuação e natureza dos meios de comunicação, bem como a afirmação da importância de espaço próprio de comunicação popular, são recorrentes nos números de lançamento e editoriais dessas publicações. Nessas avaliações, os argumentos apresentados são bastante próximos aos desenvolvidos pelo

jornal “Luta Sindical”, da Oposição Sindical de São Paulo, ou pelo editorial do “Boletim da ANAMPOS” – Articulação Nacional de Movimentos Populares e Sindicais –, reproduzidos acima. Nessa concepção, na organização e distribuição de jornais e outras publicações voltadas para o universo dos trabalhadores, a produção e difusão, a informação e a contrainformação de interesse dos movimentos são dimensões estratégicas do processo de conscientização do povo e de avanço do projeto político.

Na análise do conjunto de publicações, cabe destacar as principais funções que lhe são atribuídas pelos editores, quais sejam: informar – manter informado o grupo, movimento ou comunidade no qual se articula; servir como canal de diálogo entre os movimentos e comunidades; formar e educar, produzindo conhecimento crítico da realidade; mobilizar e organizar.

O “A PROPÓSITO...” é uma produção que estará a serviço dos Movimentos Populares Urbanos, se propõe a ser mais uma ferramenta na mão da população organizada contra as ações antipopulares do governo e dos capitalistas. Pretende ser um espaço de discussão e aprofundamento das várias propostas e experiências dos Movimentos, Encontros, Assembléias Populares, relação dos Partidos com os Movimentos e demais articulações nas lutas dos trabalhadores nos bairros, etc.²²

Importante indicar que, não obstante assumindo campos específicos, seja em relação ao movimento das fábricas e às articulações sindicais por um lado, e aos movimentos por melhorias das condições de vida nos bairros por outro, essas publicações indicam uma perspectiva política convergente e, progressivamente, constituem um terreno comum de atuação que articula os espaços de trabalho aos bairros operários. Já nas primeiras publicações ligadas às oposições sindicais ou às pastorais operárias, editadas a partir de 1975, identifica-se a configuração de uma pauta articulada e de um terreno comum de luta. Assim, já o editorial do

segundo número do “Luta Sindical”, de março de 1976, identifica que o campo de atuação é “[...] a vida dos trabalhadores dentro e fora das fábricas [...]”, e, embora em sua pauta e no desenvolvimento de seus conteúdos priorize as questões ligadas ao mundo do trabalho, tais como livre organização sindical e luta contra o arrocho salarial, também trabalha questões como o custo de vida, a moradia, o transporte coletivo e o saneamento básico.²³ Da mesma forma, embora centradas nos movimentos nos bairros, e muitas das vezes em lutas específicas dos movimentos, como questões do transporte, loteamentos urbanos, creches e outros, as publicações dos movimentos populares acompanham e também mobilizam para as questões sindicais e do universo fabril. No decorrer do período, esse é um movimento crescente, que tem seu ponto alto no decorrer das greves de 1979 a 1981, quando a atuação dos bairros e dos fundos de greve torna-se estratégica na sustentação dos movimentos grevistas. Nessa conjuntura, a organização da ANAMPOS, “[...] que nasceu, justamente, da necessidade de unificação, cada vez mais forte, dos movimentos sindicais e dos movimentos populares [...]”, aponta a medida do aprofundamento dessas convergências entre o bairro e a fábrica, como delimita como terreno privilegiado das redes de organização e comunicação dos movimentos o espaço do bairro.²⁴

Extremamente ativo e dinâmico no final dos anos 1970 e início dos anos 1980, o campo de comunicação popular que articulava a atuação dos vários centros populares e da imprensa sindical e popular, a partir do final da década de 1980, perde força e se transforma. Experiência estreitamente ligada à dinâmica dos movimentos sociais daquela conjuntura, com as mudanças nas diretrizes de atuação das entidades ligadas às igrejas, o chamado descenso dos movimentos populares e a formalização das entidades sindicais e dos partidos políticos ligados aos trabalhadores, o espaço de experiências de

comunicação com maior autonomia e diversidade estreita-se. A partir de então, com a crescente estruturação dos departamentos de imprensa e comunicação dos sindicatos, com a intervenção crescente dos profissionais da imprensa e dos modos de fazer jornal do jornalismo profissional, apoiada por estruturas gráficas bem equipadas, a imprensa sindical modifica-se e ganha outras características. A imprensa dos bairros e dos movimentos urbanos, sem o apoio das entidades e com o descenso dos movimentos, desarticula-se. Vozes e projetos que se tornaram públicos por meio daqueles movimentos e de sua imprensa, e que lutavam por melhores condições de vida para os trabalhadores nas cidades, contra as enchentes, por moradia, por transporte coletivo “bom e barato”, perdem um espaço importante de expressão autônoma.

Momento de construção de projetos de comunicação popularextremamente instigantes, as experiências históricas daqueles movimentos nos ajudam a pensar sobre questões da atualidade. Suas referências históricas suscitam reflexões sobre esse tempo em que nos questionamos sobre as relações entre os espaços comunicativos da internet e a eclosão dos recentes movimentos de junho e julho de 2013. Movimentos que, como aqueles, têm como uma de suas principais reivindicações a melhoria da qualidade de vida em nossas metrópoles e que fazem das redes de comunicação alternativas um espaço de força e de mobilização.

Notas

* Doutora em História Social pela Universidade de São Paulo. Professora do Departamento e do Programa de História da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. E-mail: cruzhelo@uol.com.br

¹ PAOLI, Maria Célia; SADER, Eder; TELLES, Vera. Pensando a classe operária: os trabalhadores sujeitos ao imaginário acadêmico. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, n. 6, p. 129-149, 1983, p. 130.

² MARTIN-BARBERO, Jesús. *Dos meios às mediações: comunicação, cultura e hegemonia*. Rio de Janeiro: Ed. da UFRJ, 2008 Ver, especialmente, introdução e primeira parte.

³ O presente artigo apresenta parte dos resultados das pesquisas e reflexões desenvolvidas no interior de um projeto mais amplo, intitulado *Para além da imprensa alternativa: imprensa e impressos dos movimentos sociais paulistas – 1970/1990*, elaborado como apoio de uma Bolsa Produtividade Pesquisa do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

⁴ Para o desenvolvimento da perspectiva que concebe a imprensa no interior da História Social como prática social ativa, têm sido de grande importância as propostas dos trabalhos reunidos na coletânea “Revolução impressa: a imprensa na França, 1775-1800”, organizada por Robert Darnton e Daniel Roche (1996). Logo na introdução da coletânea, Darnton enfatiza essa concepção, quando propõe discutir a imprensa como ingrediente e força ativa na história na luta pelo domínio da opinião pública. Cf. DARNTON, Robert; ROCHE, Daniel (Org.). *Revolução impressa: a imprensa na França, 1775-1800*. São Paulo: Edusp, 1996.

⁵ CRUZ, Heloísa de Faria. *São Paulo em papel e tinta: periodismo e vida urbana – 1890/1915*. São Paulo: EDUC/FAPESP/Imprensa Oficial/Arquivo do Estado, 2000.

⁶ KUCINSKI, Bernardo. *A síndrome da antena parabólica: ética no jornalismo brasileiro*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1998. Ver, também, ABRAMO, Perseu. Imprensa alternativa: alcance e limites. *Revista Tempo e Presença*, Rio de Janeiro, n. 233, ago. 1988. (Boletim Periscópio Internacional).

⁷ Ver AQUINO, Maria Aparecida de. *Censura, imprensa e Estado autoritário (1968-1978): o exercício cotidiano da dominação e da resistência: o Estado de São Paulo e Movimento*. Bauru, SP: EDUSC, 1999; BRAGA, José Luiz. *O Pasquim e os anos 70: mais pra epa que pra oba...* Brasília: Ed. da UnB, 1991; CHINEM, Rivaldo. *Imprensa alternativa: jornalismo de oposição e inovação*. São Paulo: Ática, 1995; AGUIAR, Flávio. Imprensa alternativa: opinião, movimento e em tempo. In: MARTINS, Ana Luiza; LUCA, Tânia Regina de. *História da imprensa no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2008. p. 233-247; ARAÚJO, Maria Paula Nascimento. *A utopia fragmentada: as novas esquerdas no Brasil e no mundo na década de 1970*. Rio de Janeiro: FGV, 2000; e BARROS, Patrícia Marcondes de. A imprensa alternativa brasileira nos anos de chumbo. *Akrópolis*, Umuarama, v. 11, n. 2, p. 63-66, abr./jun. 2003.

⁸ KUCINSKI, Bernardo, *A síndrome da antena parabólica: ética no jornalismo brasileiro*. p. 9.

⁹ SADER, Eder. *Quando novos personagens entraram em cena*. São Paulo: Paz e Terra, 1988, p. 27.

¹⁰ Ver, especialmente, ASSUMPCÃO, Leilah Landim. *A invenção das ONG'S: do serviço invisível à profissão sem nome*. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1993; ROSA, Amanda Marques. *Memórias, histórias, movimentos sociais: comunicação e projeto de luta (Uberlândia/MG anos 1980)*. 2011. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2011; SALLES, Paula Ribeiro.

Documentação e comunicação popular: a experiência do CPV – Centro Pastoral Vergueiro (São Paulo/SP – 1973-1989). 2013. Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2013.

¹¹ Cf. SALLES, Paula Ribeiro, *Documentação e comunicação popular: a experiência do CPV – Centro Pastoral Vergueiro (São Paulo/SP – 1973-1989)*.

¹² Os quatro ENCODOPs foram realizados respectivamente em Vitória/ES (1977), Salvador/BA (1979), Taboão da Serra/SP (1981) e Olinda/PE (1983). No estudo desses encontros e articulações, cabe conferir o já citado trabalho de Salles, bem como a documentação dos encontros disponíveis no acervo do Centro Pastoral Vergueiro (CPV) – pastas suspensas – Documentação/Encontros.

¹³ Ver MATA, Maria Cristina. Formación y interrelacionamiento: La experiencia del Programa de Comunicación de CELADEC. in: CHASQUI - Revista Latinoamericana de Comunicación, Quito, n. 8 (OCT-DIC), pp. 76-79, 1983.

¹⁴ Ver Caderno de Capacitação 8. *Como se organiza um centro de documentação e comunicação popular*. São Paulo: Edições Paulinas, 1985.

¹⁵ Sobre a trajetória do CPV, ver SALLES, Paula Ribeiro, *Documentação e comunicação popular: a experiência do CPV – Centro Pastoral Vergueiro (São Paulo/SP – 1973-1989)*.

¹⁶ Pouco explorado pelas pesquisas sobre o período, passando por dificuldades na manutenção de seu acervo e na abertura dos documentos ao entendimento ao público, o CPV, recentemente, logrou digitalizar e disponibilizar ao público parte de sua documentação, sobretudo cartazes dos movimentos e suas campanhas e uma rica coleção de impressos e periódicos dos movimentos sociais daqueles anos.

¹⁷ Vale conferir a descrição atual do acervo, que pode ser encontrada no *site* do CPV, disponível em: <http://www.cpvsp.org.br/acervo.php>.

¹⁸ O contato inicial com essa coleção de publicações deveu-se à coordenação de um projeto coletivo sobre a imprensa dos movimentos sociais e sindicais dos anos 1970/1990. O “Projeto Bicentenário da Imprensa no Brasil: Dimensões da Imprensa Popular em São Paulo” teve como objetivo central localizar e produzir informações sobre periódicos da imprensa popular paulista nos acervos de diversos arquivos e centros de memória paulistas. Com a participação de Maria do Rosário da Cunha Peixoto e o apoio de pesquisadores de Iniciação Científica do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq-PUC/SP), foi possível constituir referências sobre mais de 100 publicações e impressos produzidos por movimentos populares e sindicais entre 1970 e 1990.

¹⁹ A análise destes materiais sobre a história dos movimentos e dos trabalhadores, e a reflexão sobre este espaço de produção de memórias e seus significados constitui temática de um outro estudo que vem sendo desenvolvido no interior do projeto geral sobre esta coleção de impressos.

²⁰ *Luta Sindical*. Órgão da Oposição Sindical de São Paulo, ano 1, n. 1 fev. 1976.

²¹ Ver Boletim da ANAMPOS. n. 1, 1985.

²² *A propósito...* Publicação do Centro Pastoral Vergueiro, n. 0, jun. 1982, pp. 5-6.

²³ Cf. *Luta Sindical*. ano 1, n. 2, mar. 1976, p. 2.

²⁴ Ver *Boletim da ANAMPOS*, n. 1, 1985.

Data de envio: 28/07/2013.

Data de aceite: 09/08/2013